

FÓRUM

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Sr./Sra.

Está em discussão no Congresso Nacional, o anteprojeto de lei que estabelece as normas gerais da educação superior. Causa preocupação ouvir o silêncio das vozes competentes para o debate de matéria com esta envergadura. Recolhem-se raros textos na grande imprensa e se desconhece a ocorrência de discussões no meio acadêmico. Cabe, em especial, a nós, professores universitários, embora na planície, tomar parte neste debate. São diversos os temas prioritários que se colocam nesta discussão, aqui se dá destaque para as questões da autonomia universitária e da formação do pessoal qualificado.

Esta seção propicia este debate como um registro da inquietude e da postura que todos precisamos ter. Como baliza para esta discussão, apresenta-se uma síntese das idéias de duas autoridades no assunto, veiculadas na grande imprensa.

José Tadeu Jorge, reitor da Unicamp, registra a inquietação das universidades paulistas – USP, Unicamp e Unesp – pelo temor de que a autonomia das universidades esteja ameaçada. Esta autonomia é um princípio constitucional consagrado desde 1988. Este princípio foi aplicado, em sua plenitude, nas três universidades públicas de São Paulo, com a instituição do regime de autonomia financeira vinculado à orçamentária. Esta autonomia possibilitou às universidades “projetar seu futuro e organizar seu dia-a-dia, estabelecer políticas próprias de racionalização e de investimentos de acordo com o fluxo das demandas sociais e o comportamento da economia, com a vantagem de trabalhar realisticamente sobre previsões orçamentárias.” Isso além de gerar condições de trabalho muito mais objetivas, “assegurou a tranquilidade necessária para uma expansão considerável – e contínua – de seus indicadores de qualidade e de produção.”

Entretanto, diz o reitor de suas inquietações diante do fato da “dissolução do formato do conselho de reitores, o Cruesp – fórum antes presidido pelos reitores, em sistema de rodízio, e agora sob o comando exclusivo do secretário.” Gesto interpretado como “preparatório de medidas mais contundentes.”. E, o artigo fecha com este parágrafo: “São sinais que colocam sob risco a autonomia. Para as universidades, é um enorme fator de

desestímulo. Para a sociedade, um retrocesso. Urge evitar o desastre enquanto é tempo.” (Folha de S. Paulo, 1 fev. 2007, A 3)

O artigo de José Tadeu Jorge expõe a preocupação com a perda da autonomia da universidade, o seguinte, de Leandro R. Tessler, doutor em física, coordenador-executivo da Comvest (Comissão de Vestibulares da Unicamp) relata um projeto da Universidade Nova considerado como uma verdadeira reforma do ensino superior. (Folha de S. Paulo, 18.1.2007, A 3) O autor diz que o anteprojeto de lei que estabelece as normas gerais da educação superior, em discussão no Congresso Nacional: “Consiste essencialmente em regulamentações e medidas administrativas para o sistema, sem fazer menção à razão de ser das instituições de ensino superior: a formação de pessoal qualificado”.

Para Tessler o Brasil, em termos de estrutura acadêmica, ainda permanece no século XIX. Os alunos são admitidos “por meio de uma instituição única no mundo chamada vestibular. Cada candidato concorre a uma vaga em um curso de graduação determinado”. Em contraposição, apresenta o processo de Bolonha, que divide “a educação superior em três ciclos: o primeiro geral, com três anos de duração, seguido de uma formação profissional de um a três anos e um doutorado para quem quiser se tornar pesquisador”. Nos EUA, “a educação superior começa com o ingresso em um ‘college’ dedicado a uma grande área do conhecimento. Após uma formação inicial geral de dois a três anos, os estudantes continuam sua formação profissional.” Quase a metade do total de matrículas é de instituições não-governamentais que oferecem cursos de curta duração. E nada impede que os egressos desses “colleges” continuem seus estudos em universidades.

Há um consenso internacional de que a formação superior inicial deve ser flexível. Aqui, ocorre o oposto, tem-se “cursos de graduação com currículos estanques, numa concepção fragmentadora do conhecimento, sobrecarga de aulas, especialização precoce, pouca articulação entre graduação e pós-graduação”.

Para Tessler “além da óbvia limitação acadêmica, o modelo é altamente ineficiente. A especialização precoce exige disciplinas específicas para cada curso de graduação, proporcionando uma formação bitolada e um desperdício de recursos.” Acrescenta, ainda, que “temos um modelo institucional quase único: as universidades, numa concepção ultrapassada que associa qualidade de formação com pesquisas e geração do conhecimento”. É um modelo com um custo proibitivo para se expandir.

E, dado que a expansão do sistema de ensino superior é uma prioridade dos governos federal e estadual, impõe-se buscar alternativas. Nesta busca, o projeto Universidade Nova, proposto pelo reitor da UFBA, Naomar de Almeida Filho, está em discussão em várias universidades federais.

Na Universidade Nova, o aluno ingressa no bacharelado interdisciplinar (BI), com duração de três anos, contemplando grandes áreas do conhecimento. Os ciclos básicos seriam eliminados e estruturados cursos-tronco sobre assuntos fundamentais, com duração de três anos. Um terço será constituído por módulos de formação obrigatórios; outro terço “deverá ser fora da grande área, motivando uma visão mais abrangente de mundo. Ao fim dos três anos, o bacharel interdisciplinar poderá continuar sua formação profissional específica por mais um ano a três anos, dependendo da graduação escolhida. O critério de seleção para a etapa de formação profissional levará em conta o desempenho acadêmico durante o BI, em lugar de apenas o desempenho no vestibular”.

O eventual ingresso nos cursos de pós-graduação ocorrerá após a formação profissional ou logo após o BI, no caso de alunos excepcionalmente talentosos.

A estrutura modular permite a criação de instituições públicas e privadas de ensino superior que ofereçam apenas os BIS. Outras instituições poderão oferecer apenas a formação profissional ou a pós-graduação. As universidades oferecerão todas as etapas. A possibilidade de transferência entre instituições ao longo da graduação abre possibilidades inéditas, incluindo intercâmbios nacionais e internacionais.

Para Tessler, muitas questões ainda estão abertas e precisam ser discutidas e esclarecidas. No entanto, o projeto “deve ser acompanhado pelos responsáveis pela gestão do ensino superior no país e nos estados. Ele tem um excelente potencial para combinar um ensino moderno e de melhor qualidade com a expansão responsável e economicamente viável do sistema”.

Apresentadas as linhas básicas para as considerações que se solicitam ao sr/sra, indicam-se algumas questões a título de sugestão.

- Como se posiciona em relação à autonomia da Universidade?
- Qual a sua opinião sobre a formação de pessoal qualificado?
- O que seria uma verdadeira reforma do ensino superior?

-
- Tem um posicionamento sobre a questão do vestibular para ingresso no ensino superior?

Antecipadamente agradecidos pela sua colaboração

Conselho Redatorial

REFORMA (?) UNIVERSITÁRIA - MAIS UMA

Almeri Paulo Finger

Ph.D em Gestão Universitária

Diretor da Faculdade Metropolitana de Curitiba

finger@famec.com.br

Para quem tem contato com a vida universitária, em qualquer uma de suas formas, conhece bem as discussões que sempre acompanham a instituição. A universidade como a conhecemos hoje teve seu início ao redor de 1200. No começo era apenas um pequeno grupo de alunos ao redor de um professor que detinha algum conhecimento, teórico e/ou experimental. Na maioria dos casos os estudos e discussões eram realizados em mosteiros ou catedrais. Nasceu, portanto, como um projeto vigiado pela igreja e assim permaneceu por longos anos. Precisou do patrocínio de alguns nobres ou beneméritos para poder subsistir. Em momentos onde apenas uma minoria sabia ler e escrever, dominar assuntos de maior profundidade era um privilégio para poucos, geralmente nobres e clérigos. As coisas continuaram assim até que Napoleão resolveu intervir na Universidade de Paris e torná-la um instrumento do estado. Ele tornou os professores funcionários do estado, criou mecanismos de controle externo, determinou currículos e missões para a universidade, especialmente preparando os recursos humanos que a burocracia estatal necessitava. Para muitos especialistas esse momento foi a decretação da morte da universidade autônoma e livre. Foi esse modelo que persistiu em todos os países latinos e ganhou contornos específicos na União Soviética e demais países comunistas ao redor do mundo. Esse modelo ficou conhecido como a universidade do poder, pois dependia do poder público para existir, tinha toda sua vida fiscalizada e burocratizada. Esse foi o modelo introduzido no Brasil a partir de 1808, quando se criou a primeira escola superior e a partir de 1920 com a primeira universidade.

Outro modelo de universidade foi definido na Alemanha por Humbolt e Carl Jasper. Ambos sonharam com uma universidade de pesquisa, com total liberdade acadêmica para professores e alunos “buscarem a verdade, onde estiver e na forma que puder ser encontrada, pois a humanidade tem o direito de evoluir livremente”. A liberdade acadêmica da universidade alemã foi implantada a partir da reestruturação da Universidade de Berlim que os dois pensadores foram incumbidos de realizar. É bom notar que a universidade alemã tem sido responsável pela definição das grandes linhas de pesquisa científica que têm norteado o desenvolvimento mundial.

Outro modelo é o norte-americano, baseado em ensino, pesquisa e, especialmente, serviço à comunidade, ou extensão. Existe, ainda, o modelo inglês, conhecido por suas características centradas no ensino. Os modelos alemão, norte-americano e inglês se caracterizam pela ausência de interferências externas em suas vidas internas e com pouquíssima burocracia governamental a regular suas vidas.

O que não deixa dúvidas, hoje em dia, ao redor do mundo, é que qualquer país que queira almejar um desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida para sua população não pode, de maneira alguma, prescindir de um sistema universitário forte e atuante.

A Universidade no Brasil tem seguido caminhos, por um lado muito claros, e, por outro, tortuosos. De 1808 a 1920, o modelo de foi da universidade medieval, importada de Portugal e funcionou, por um tempo, com os currículos e regulamentos da Universidade de Coimbra. Completamente controlada pelo governo, do mesmo dependia para tudo e sua missão principal era formar quadros para as funções do governo. Com a implantação da primeira universidade em 1920, continuou com o modelo europeu. Em 1968, em pleno regime militar, aconteceu uma forte guinada, deixando-se o modelo europeu da universidade do poder e se passou para o modelo norte-americano. Só que não se abandonaram os controles burocráticos e, assim, a proposta não teve condições de ser amplamente implantada, criando-se um sistema que sofre todo tipo de influência.

Uma das características da educação superior brasileira, bem como de toda a educação, é a tentativa de mudar tudo através de reformas. Temos tido muitas reformas, mas cada uma delas tem evitado tocar nos pontos fundamentais e estruturais do ensino superior, criando anomalias quase impossíveis de serem contornadas.

Agora se ameaça a universidade brasileira com mais dois projetos de “reforma”. O primeiro já vem de longa tramitação pelo caminho político-burocrático e está em pauta para ser votado no congresso. Sem atacar os pontos fundamentais do sistema, se propõe a mais uma reforma cosmética. Os gargalos do ensino superior brasileiro se baseiam na concepção de universidade que temos. Queremos e necessitamos desesperadamente de uma universidade de qualidade, moderna e comprometida com o desenvolvimento nacional, mas não se consegue atacar o controle, cada vez maior, do governo, agora com suas formas mais sofisticadas. O enciclopedismo que sempre norteou o ensino no Brasil só poderia ser justificado em um momento da vida nacional onde as modernas tecnologias de comunicação não estivessem presentes. Mas mexer no currículo, quem tem coragem? Mais da metade das

disciplinas que compõem os currículos universitários brasileiros hoje, se retirados em todo ou em parte, não fariam nenhuma falta na formação dos alunos. São mantidas pelo ranço autoritário, classista e auto-protetor de grupos mais interessados em manter seus feudos que na criação de um sistema universitário verdadeiramente capaz de criar um novo país.

O segundo projeto, que surgiu a partir de uma proposta da Universidade Federal da Bahia, traz algumas novidades significativas, mas está encontrando enormes barreiras para ser discutido. Enquanto o primeiro projeto mantém a estrutura dos cursos de quatro anos, com a formação profissional resultante do diploma ao final do curso, o projeto da Universidade Nova, propõe uma mudança total na estrutura, criando-se um curso básico, para todos os alunos, de três anos, visando uma formação geral e introdutória para as áreas profissionais. Logo após os três anos, teríamos a formação profissional, de dois ou três anos, depois a pós-graduação para dar continuidade aos estudos mais aprofundados e específicos. Embora a proposta mexa profundamente na estrutura do sistema, deixa intocados aspectos de regulamentação excessiva por parte do governo e pela manutenção dos currículos quilométricos e com as disciplinas desnecessárias.

E, assim, mais uma reforma universitária deverá ser implantada no Brasil. As vidas de milhares de alunos e professores serão atingidas, mas quanto mais mexe, mais igual fica. Não será com reformas cosméticas que se terá nos países um sistema universitário de qualidade. As inovações são inibidas pelos controles burocráticos que privilegiam uma única forma de educação superior, enquanto, ao redor do mundo, se fazem experiências das mais diversas, criando cursos híbridos, com currículos interdisciplinares e centrados nas necessidades do mundo em mudanças cada vez mais rápidas. É verdade que a educação segue os mesmos rumos do país, pois onde não há um projeto nacional, não poderá haver um projeto educacional que possa responder a ele.

Uma reforma que está em curso e que pouca gente está se dando conta das implicações do mesmo é a educação à distância, introduzida pelo próprio governo e que começa a operar indiscriminadamente no país. Esta se passando a oferecer cursos de graduação à distância de uma maneira assustadora, sem os ensaios necessários e a qualidade será altamente discutível, mas vai gerar diplomas e direitos profissionais idênticos aos tradicionais oferecidos pelas instituições presenciais. Pode-se estar iniciando um processo de destruição do sistema universitário brasileiro e essa inovação poderá criar um contingente de universitários funcionais que, certamente, não irá contribuir para a construção de uma grande nação. Bem,

se isso acontecer, poderemos produzir uma outra reforma e, assim, ir massacrando nossa juventude e a esperança de um futuro melhor. Mas em um país de tanta maracutaia, uma mais não será sequer sentida.